



Políticas Públicas no Brasil Exploração e Diagnóstico 4

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

**Políticas Públicas no Brasil Exploração e
Diagnóstico**
4

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 4 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-062-9

DOI 10.22533/at.ed.629192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO INFANTIL EM MUNICÍPIOS COM ALTOS IDEBS NO NORDESTE: AS CONCEPÇÕES DOS GESTORES ESCOLARES	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões</i> <i>Juceli Bengert Lima</i> <i>Manoel Zózimo Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922011	
CAPÍTULO 2	13
A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO MARANHÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL: ASPECTOS DA ORIGEM E A SUA IMPLEMENTAÇÃO	
<i>Marcia Cordeiro Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922012	
CAPÍTULO 3	24
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE CRECHES COMO POLÍTICA PÚBLICA A FIM DE REDUZIR A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DO TRABALHO	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922013	
CAPÍTULO 4	33
A IMPORTÂNCIA DO PIBID E SEUS IMPACTOS NA ESCOLA: DOIS ESTUDOS DE CASO EM MÚSICA	
<i>Cristina Rolim Wolffenbüttel</i> <i>Guilherme da Silva Ramos</i> <i>Romeu Riffatti</i> <i>Sita Mara Lopes Sant'Anna</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922014	
CAPÍTULO 5	46
A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
<i>Silvania dos Santos Rabêlo</i> <i>Thelma Helena Costa Chahini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922015	
CAPÍTULO 6	56
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR NA INTERFACE SAÚDE E AMBIENTE	
<i>Carla Rosane Paz Arruda Teo</i> <i>Maria Assunta Busato</i> <i>Vanessa da Silva Corralo</i> <i>Junir Antonio Lutinski</i> <i>Gisele Assumpção Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922016	

CAPÍTULO 7 68

ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS COM MELHORES E PIORES IDEBS DO NORDESTE: A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO COMO INDICADOR DE QUALIDADE

Patrícia Maria Uchôa Simões
Marcela Pires Barbosa
Priscila de Cássia da Silva Ramos

DOI 10.22533/at.ed.6291922017

CAPÍTULO 8 79

ANÁLISE DA FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA EM MOLDES DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL SOB A ÓTICA DE PRECEPTORES/TUTORES E RESIDENTES

Carla Mousinho Ferreira Lucena
Ana Paula Rocha de Sales Miranda
Pablo Leonid Carneiro Lucena
Francilene Jane Rodrigues
Patrícia Barreto Cavalcanti
Clébya Candeia de Oliveira Marques
Adelaide Aires Pontes Adolfo

DOI 10.22533/at.ed.6291922018

CAPÍTULO 9 89

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: O PROGRAMA BOLSA DE INICIAÇÃO ACADÊMICA A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES

Márcia Regina Mariano de Sousa Arão
Gleiciane Viana Gomes
Aline Santos Martins
Maria José Martins Galvão
Fernanda Venâncio Farias

DOI 10.22533/at.ed.6291922019

CAPÍTULO 10 101

ATENDIMENTO EFICIENTE DA REDE EDUCACIONAL: A IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO LOGÍSTICO DE PERNAMBUCO

Ednaldo Alves de Moura Júnior
Emílio Veludo Lopes
Murilo Wesley Soares Costa
Anselmo de Oliveira Carvalho Filho

DOI 10.22533/at.ed.62919220110

CAPÍTULO 11 118

DEFINIÇÕES E CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE MATERIALISTA-HISTÓRICA DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Daphne Holzer Velihovetchi

DOI 10.22533/at.ed.62919220111

CAPÍTULO 12 136

ESTADO E AVALIAÇÃO ESTANDARDIZADA CRITERIAL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE QUASE-MERCADO

Joina Bomfim

DOI 10.22533/at.ed.62919220112

CAPÍTULO 13..... 148

FAMÍLIA E REDE LOCAL: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL EM UM PROJETO DE EDUCAÇÃO

Helena Piombini

Tainá Alvarenga

Rodrigo Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.62919220113

CAPÍTULO 14..... 161

FEDERALISMO, REGIME DE COLABORAÇÃO E A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NA BAHIA

Angelo Dantas de Oliveira

Célia Tanajura Machado

DOI 10.22533/at.ed.62919220114

CAPÍTULO 15..... 173

GÊNERO E INCLUSÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Leandro Fernandes Valente

Jhennifer de Souza Góis

Antônia Sheilane Carioca Silva

Heliandra Linhares Aragão

DOI 10.22533/at.ed.62919220115

CAPÍTULO 16..... 181

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTRATÉGIA PARA A LEGITIMAÇÃO DA DIVISÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO SABER?

Valdenice de Araujo Prazeres

DOI 10.22533/at.ed.62919220116

CAPÍTULO 17 197

MECANISMOS DE MOBILIZAÇÃO PARA O REGIME DE COLABORAÇÃO: CAMINHOS PARA A GESTÃO COLABORATIVA DA EDUCAÇÃO

Ana Paula Massonetto

Manoel dos Santos

André Cardone

DOI 10.22533/at.ed.62919220117

CAPÍTULO 18..... 214

MULHERES IDOSAS E SEU PROCESSO EDUCATIVO: A EXPERIÊNCIA DAS ALUNAS DA UNATI/UERJ

Alzira Tereza Garcia Lobato

Carla Virginia Urich Lobato

DOI 10.22533/at.ed.62919220118

CAPÍTULO 19 224

O PLANO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

Cristiane Queiroz Leite Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.62919220119

CAPÍTULO 20	236
O REGIME DE COLABORAÇÃO E O PNE: ENTRE O PROPOSTO E O POSSÍVEL	
<i>Laurimar de Matos Farias</i>	
<i>Leila Maria Costa Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220120	
CAPÍTULO 21	247
OS CONCEITOS DE DESCENTRALIZAÇÃO, AUTONOMIA E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA NEOLIBERAL	
<i>Edivania de Castro Pires</i>	
<i>Leidy Jane Claudino de Lima</i>	
<i>Ângela Maria Dias Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220121	
CAPÍTULO 22	256
OS SENTIDOS DO ENSINO MÉDIO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: CONTRADIÇÕES NO ACESSO E NA QUALIDADE DO ENSINO	
<i>João Paulo da Conceição Alves</i>	
<i>Ronaldo Marcos de Lima Araujo</i>	
<i>Márcia Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220122	
CAPÍTULO 23	268
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	
<i>Leidy Jane Claudino de Lima</i>	
<i>Jorge Fernando Hermida</i>	
<i>Fernando Augusto Generino Soares</i>	
<i>Edivania de Castro Pires</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220123	
CAPÍTULO 24	281
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA GESTÃO ESCOLAR ATRAVÉS DA OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS: O CASO DE PERNAMBUCO	
<i>Ednaldo Alves de Moura Júnior</i>	
<i>Severino José de Andrade Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220124	
SOBRE A ORGANIZADORA	297

OS SENTIDOS DO ENSINO MÉDIO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: CONTRADIÇÕES NO ACESSO E NA QUALIDADE DO ENSINO

João Paulo da Conceição Alves
Ronaldo Marcos de Lima Araujo
Márcia Pereira da Silva

RESUMO: Analisa o fluxo do ensino médio em municípios da Amazônia, observando as variáveis reprovação e aprovação. Para análise dos dados, utilizamos de análises quantitativa e qualitativa. Os dados do INEP, referentes aos anos de 2002 e 2012 afirmam um ensino médio problemático nos centros urbanos, com a piora dos índices de fluxo na zona rural. O Pará e o Tocantins apresentam os piores índices de reprovação. Sugerimos uma formação integrada que impeça a juventude em entrar precocemente no trabalho, privando-a de uma formação ampliada para suas vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia. Trabalho. Educação. Ensino Médio. Ensino Médio Integrado.

ABSTRACT Analyzes the high school flow in cities of the Amazon, watching the variables disapproval and approval. For data analysis, we used quantitative and qualitative analyzes. The INEP data for the years 2002 and 2012 say a high school problematic in urban centers, with the worsening of the flow rates in the countryside. The state oh the Pará and Tocantins have the

worst failure rates. We recommend an integrated training to prevent youth to enter early at work, depriving them of an expanded training for their lives.

KEYWORDS: Amazon. Work. Education. High School. Integrated High School.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui parte de uma pesquisa financiada pela FADESP/UFPa (Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa/UFPa), a qual analisa o ensino médio na Amazônia. Este trabalho tem como referência a região denominada “Amazônia” na qual a consideramos a partir dos 07 (sete) estados da região norte do Brasil. Mediante este recorte espacial, analisamos Ensino Médio na Amazônia, a partir de um diagnóstico analítico sobre essa etapa de ensino, apontando-se sugestões de ações de mudanças na sua organização nos municípios da Amazônia brasileira, de modo a corroborar com a melhoria da sua oferta e da sua qualidade na Região Amazônica.

Os dados foram obtidos do INEP, referentes aos anos de 2002 e 2012, a partir dos quais foram feitas comparações, correlacionando as categorias relacionadas aos fluxos do ensino

médio, permitindo uma compreensão sobre a (in) evolução neste período dos índices desta etapa de ensino tanto na zona rural como urbana da Amazônia.

A opção pela análise dos dados de fluxo se deu por município da região, entendendo que estes nos apontam suas particularidades enquanto unidade, além de exporem sua realidade enquanto síntese da totalidade/conjunto do processo. Como critérios utilizados na filtragem e análise dos dados, consideramos apenas os municípios que possuíssem o Ensino Médio com pelo menos 50 (cinquenta) alunos identificados no Censo Escolar feito pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Segundo o INEP, cerca de 98,43% das escolas brasileiras participaram da coleta de dados para o Censo Educacional do ano de 2013. Os maiores estados da Região Amazônica, Pará e Amazonas, tiveram mais de 99% de participação (INEP, 2013).

Registramos ainda que trabalhamos somente com dados de escolas de ensino médio das redes estaduais e federal de ensino, que representam cerca de 90% do total de matrículas no Brasil e 93% na Região Norte, localizadas nas zonas urbana e rural dos municípios. Em nossas análises, foram desconsiderados os dados de aprovação ou reprovação dos municípios que apresentaram percentuais de 0% ou 100%, pois, compreendendo as contradições do processo educacional brasileiro, os dados nessa forma podem revelar imprecisões ou descontextualizar a realidade das nossas escolas, sugerindo-nos equívocos em seus registros.

Orientados pelo desafio de construção de análises e ações de planejamento articuladas a um amplo projeto de desenvolvimento sustentável para a região, visamos aqui analisar alguns dados referentes ao fluxo do ensino médio nos municípios da Amazônia, considerando aprovação e reprovação por município.

Em termos de objetivos, buscamos compreender como vem ocorrendo o fluxo do ensino médio na região amazônica, observando alguns índices de fluxo acima elencados, diante dos quais buscamos responder especificamente que perspectiva de Ensino Médio interessa aos trabalhadores enquanto particularidade que permita a formação integral, possibilitando a compreensão de aspectos culturais, econômicos, científicos, desportivos e de trabalho na sociedade brasileira e no mundo, a fim de possibilitar a indicação de estratégias para o fomento de um Ensino Médio que permita o desenvolvimento da região amazônica numa tendência humanizadora.

Utilizamos Marx e Engels (1978) para tratar do conceito de humanização onde afirmam que o homem se humaniza pelo trabalho, uma vez que e por seu intermédio que ocorre a produção dos meios capazes de satisfazer as suas necessidades humanas, ao mesmo tempo que cria novas necessidades. É justamente desta maneira que o homem se caracteriza enquanto ser pertencente ao gênero humano, tornando-se diferente dos animais.

O trabalho apresenta-se estruturado em duas seções. Na primeira delas, elaboramos uma análise do ensino médio no Brasil, indagando-nos sobre como romper com a dualidade que vem imperando no processo educativo destinado aos

trabalhadores, advogando-se plena necessidade de um ensino médio na perspectiva integrada.

Na segunda seção, apresentamos os resultados da pesquisa referentes ao fluxo do ensino médio na Amazônia, a partir das categorias Aprovação e Reprovação.

2 | O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Nessa seção apresentamos uma reflexão sobre o Ensino Médio no contexto brasileiro, observando sua função social, a partir do contraste entre os interesses dos trabalhadores frente aos do capital, a fim de se apontar uma perspectiva formativa oposta à dualidade que se tem empreendido para os sujeitos que vivem do trabalho, advogando-se uma formação integral.

2.1 Contexto e Função Social do Ensino Médio Brasileiro

O ensino médio, como consagrado na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), constitui etapa de transição do ensino fundamental e a educação superior (BRASIL, 1996). Apresenta-se como última etapa da educação básica, tendo como funções, definidas no artigo 35 daquela Lei, a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, o aprimoramento do educando como pessoa humana e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos.

Mas o seu caráter de transição não significa que deva ser considerado como etapa de ensino cujas características são essencialmente de passagem, desprovidas de funções pedagógicas, curriculares e formativas específicas próprias (OLIVEIRA E GOMES, 2011). Pelo contrário, deve ser compreendido sob o contexto das necessidades totais humanas e enquanto momento da educação básica que deve promover o desenvolvimento da autonomia intelectual e emocional dos sujeitos, necessária para a vida em comunidade.

No entanto, por ser a etapa da educação básica à qual se atribui uma responsabilidade pela preparação ao mercado de trabalho, o ensino médio tornou-se alvo privilegiado de políticas que visam à “necessidade” da escola readequar-se para atender aos novos requisitos do padrão de acumulação (OLIVEIRA, 2011), como observado principalmente a partir dos anos 1990, quando predominou na sociedade brasileira o ideário de que seria necessário um ensino médio que preparasse para a vida, mas entendida como inserção no mercado de trabalho, minimizando e aligeirando a formação dos trabalhadores.

Ou seja, essa preparação para a vida significa instaurar uma formação baseada em competências genéricas e flexíveis, preparando os indivíduos para se adaptarem às demandas do mercado de trabalho, na perspectiva da empregabilidade (GARCIA,

2012), deturpando-se a compreensão da realidade ao se colocar nas mãos do trabalhador a responsabilidade pela busca do emprego, desconsiderando que no capitalismo vive-se uma crise estrutural de desemprego (FORRESTER, 1997).

E nessa perspectiva de se promover uma educação para a empregabilidade, para o mercado, tem-se advogado uma formação pautada em competências (ARAUJO, 2001). Todavia, há de se entender que o caminho formativo norteado por competências não corrobora para constituir um sujeito em seu sentido pleno, dominando um conjunto de conhecimentos enquanto unidade teórico-prática que lhe permita o exercício cidadão no mundo do trabalho, da cultura, da ciência, do desporto. Pelo contrário, inocenta-se a lógica do capital dos problemas sociais e das políticas que a sustentam, colocando nas mãos do trabalhador a culpabilidade pela sua não empregabilidade.

Nas palavras de Frigotto (2004, p. 197), entendemos que:

É nesse contexto que a pedagogia das competências e da empregabilidade expressa, no plano pedagógico e cultural, a ideologia do capitalismo flexível, nova forma de intensificar a exploração do trabalho e de “corrosão do caráter”, num contexto cujo “lema é: Não há longo prazo” (SENNETT, 1999). Uma ideologia que aumenta sua eficácia na medida em que efetiva a interiorização ou subjetivação de que o problema depende de cada um, e não da estrutura social, das relações de poder. Trata-se de adquirir o «pacote” de competências que o mercado reconhece como adequadas ao “novo cidadão produtivo. Por isso o credo ideológico reitera que a “empregabilidade é como a segurança agora se chama.

Diferente dessa posição formativa pautada em competências, compreendemos que o desafio colocado para esta etapa de ensino é de organizá-lo de modo suficiente, em quantidade e qualidade, para que todos tenham acesso e aproveitamento para desenvolver sua autonomia e suas amplas capacidades.

Para isso, foi colocado ainda no contexto do Governo Lula o projeto do ensino médio integrado. Portanto, para a Amazônia, defendemos uma proposta de ensino médio pautada na integração, que pressupõe a construção de uma práxis revolucionária para além de questões curriculares e reestruturação de programas e projetos de ensino, conforme Araújo & Rodrigues (2010).

Com base nesses autores, também compreendemos que a perspectiva integradora relaciona-se muito mais a uma questão política e filosófica, ou seja, depende “[...] muito mais do posicionamento que a instituição e o profissional da educação assumem frente à realidade do que aos procedimentos didáticos que são pautados pela organização do curso e que serão utilizados pelos docentes” (ARAUJO & RODRIGUES, 2010, p. 18).

Isto posto, tecidas tais considerações sobre o ensino médio brasileiro, com destaque para a luta dos trabalhadores por uma perspectiva educacional que supere a dualidade formativa, mas impregnada pela integração que possibilite a formação integral dos sujeitos, expomos as análises que permitem um diagnóstico do ensino médio na Amazônia, apontando-se estratégias voltadas para a superação de problemas que impedem uma formação integral.

3 | ENSINO MÉDIO NA AMAZÔNIA E ANÁLISES SOBRE SEU FLUXO: APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO SOB ANÁLISE

As análises sobre o Ensino Médio em seu fluxo, no interior da Amazônia, pressupõem que se compreendam as categorias utilizadas para o tratamento dos dados, a saber: aprovação, reprovação, abandono e distorção idade-série. Considera-se aprovação a exposição dos alunos a processos de ensino e aprendizagem, durante frequência à escola, no percurso de um ano letivo. Neste sentido, um conjunto de objetivos e atividades pedagógicas que são avaliadas na dinâmica da sala de aula indicam, ao final do ano letivo, sua condição de aprovado ou reprovado, de acordo com objetivos de aprendizagem que podem ou não ter sido desenvolvidos (BRASIL, 2013).

É a partir das definições desses tipos de fluxo escolar que tratamos das taxas referentes ao fluxo escolar no ensino médio neste trabalho.

3.1 O acesso ao ensino médio brasileiro

O ensino médio tem se revelado como uma etapa de ensino em que se registram grandes problemas na sua oferta. Nesse sentido, constitui-se um dos principais problemas a não garantia de sua universalização, pois a sua oferta estacionou há anos em torno de 80%.

Observe a tabela abaixo referente ao acesso ao Ensino Médio brasileiro:

Ano	Ensino Médio	População por Idade - 15 a 17 anos
2007	8.369.369	10.262.468
2008	8.366.100	10.289.624
2009	8.337.160	10.399.385
2010	8.357.675	10.357.874
2011	8.400.689	10.580.060
2012	8.376.852	...
D% 2011/2012	-0,3	...

Tabela 01: Número de matrículas no Ensino Médio no Brasil no período de 2007 a 2012.

Fonte: MEC/Inep/Deed; IBGE/Pnads 2007 a 2009 e Censo Demográfico 2010 (Dados do Universo). Notas:

1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE). 2) Ensino médio: inclui matrículas no ensino médio integrado à educação profissional e no ensino médio normal/magistério.

Trata-se de uma população que apresentou uma pequena queda de 0,3% dos anos de 2011 para 2012, mas que permanece com “seus” históricos problemas não apenas na sua forma qualitativa no que se refere ao seu caráter e finalidades, mas também aos processos básicos e fundamentais para o seu funcionamento como acesso e permanência no ensino médio brasileiro.

Outro grave problema que aflige o ensino médio brasileiro é a sua baixa qualidade, evidenciada em todos os levantamentos, oficiais ou não, feitos para avaliar esta qualidade. Se somarmos o número de jovens que não acessam o ensino médio,

com o número de jovens que abandonam e que são reprovados nesta etapa de ensino, observamos um resultado superior a 2 (dois) milhões de jovens com um fluxo acidentado; esta constatação nos sugere encararmos um ensino médio marcado por sérios problemas de fluxo e conclusão.

Na Amazônia, é possível identificar que nas matrículas de ensino médio em cada um dos seus estados desta região, os estados do Pará e do Amazonas somam 70% das matrículas da região, que 93% das matrículas são nas escolas públicas, sendo 90% somente nas redes estaduais de ensino, e 91% concentrados na zona urbana. Ou seja, há necessidade de um maior investimento de escolas para o ensino médio na zona rural, de modo que os aprendizes possam ter uma formação integrada à sua realidade (INEP, 2011).

3.2 Aprovação no Ensino Médio na Amazônia

Os maiores índices de aprovação no ensino médio no ano de 2002 estão localizados nos Municípios de Rio Branco (AC), na rede federal, e Brejo Branco do Araguaia (PA), na zona rural paraense. Também nos chama atenção o fato de que dentre os dez municípios com maiores índices de aprovação no ano de 2002, 08 (oito) estão localizados na zona urbana, sendo que apenas 02 municípios estão localizados na zona rural da região amazônica, que também têm baixa cobertura. Por conseguinte, observamos que dos 15 municípios identificados, apenas 05 estão localizados na zona rural - Brejo Grande do Araguaia (PA), Redenção (PA), Santarém (PA) e Curionópolis (PA), Vale do Paraíso (RO). A tabela abaixo confirma a assertiva:

Ano	Região	Sigla da UF	Município	Localização	Rede	Taxa de Aprovação – Ensino Médio
2002	Norte	AC	RIO BRANCO	Urbana	Federal	99,1
2002	Norte	PA	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	Rural	Estadual	98,5
2002	Norte	AM	ANAMA	Urbana	Estadual	98,0
2002	Norte	TO	NAZARE	Urbana	Estadual	96,4
2002	Norte	TO	CONCEICAO DO TOCANTINS	Urbana	Estadual	96,2
2002	Norte	RR	BOA VISTA	Urbana	Federal	95,6
2002	Norte	PA	ANAJAS	Urbana	Estadual	95,5
2002	Norte	AM	TAPAUA	Urbana	Estadual	95,4
2002	Norte	PA	REDENCAO	Rural	Estadual	94,9
2002	Norte	AM	IPIXUNA	Urbana	Estadual	94,8
2002	Norte	TO	SAO VALERIO DA NATIVIDADE	Urbana	Estadual	94,2
2002	Norte	RO	VALE DO PARAISO	Rural	Estadual	93,7
2002	Norte	PA	SANTAREM	Rural	Estadual	93,7
2002	Norte	PA	CURIONOPOLIS	Rural	Estadual	93,6
2002	Norte	PA	CASTANHAL	Urbana	Federal	92,8

Tabela 02: Maiores índices de aprovação no ensino médio em municípios da Amazônia no ano de 2002.

Fonte: MEC/Inep (2002).

De acordo com os dados apresentados, as escolas rurais, por apresentarem os piores índices no seu fluxo (aprovação), devem ser entendidas como objetivo central para a busca por estratégias de qualificação, a partir de investimentos em infra-estrutura, recursos didáticos e num amplo programa de formação e qualificação contínua de professores, como suportes fundamentais na sua qualificação.

No ano de 2012, os dados revelam que dos 15 municípios com melhores índices de aprovação, 06 estão localizados no estado do Tocantins. Quanto a situação de aprovação, se revela sob um maior equilíbrio onde dos 15 maiores índices de aprovação na região amazônica, 07 estão localizados na zona rural. Destacam-se os municípios de Redenção (PA) e Bujari (AC). Os municípios pertencentes à rede estadual de ensino concentram os 15 municípios citados.

Tais análises podem ser confirmadas na tabela a seguir: Tabela 02: Maiores índices de aprovação no Ensino Médio no ano de 2012 por Municípios da Amazônia.

Ano	Região	Sigla da UF	Município	Localização	Rede	Taxa de Aprovação – Ensino Médio
2012	Norte	PA	REDENCAO	Rural	Estadual	98,8
2012	Norte	AC	BUJARI	Rural	Estadual	98
2012	Norte	TO	MATEIROS	Urbana	Estadual	97,1
2012	Norte	TO	TUPIRAMA	Urbana	Estadual	96,7
2012	Norte	AC	PORTO ACRE	Urbana	Estadual	96,5
2012	Norte	TO	TAIPAS DO TOCANTINS	Urbana	Estadual	96,3
2012	Norte	AC	JORDAO	Rural	Estadual	96,2
2012	Norte	AM	TAPAUA	Urbana	Estadual	96,1
2012	Norte	RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	Urbana	Estadual	95,9
2012	Norte	AM	ENVIRA	Urbana	Estadual	95,7
2012	Norte	AC	ASSIS BRASIL	Rural	Estadual	95,4
2012	Norte	TO	SAO SALVADOR DO TOCANTINS	Rural	Estadual	95,2
2012	Norte	TO	NAZARE	Urbana	Estadual	95,2
2012	Norte	AP	OIAPOQUE	Rural	Estadual	95,1
2012	Norte	TO	MONTE DO CARMO	Rural	Estadual	94,8

Tabela 03: Maiores índices de aprovação no Ensino Médio em municípios da Amazônia no ano de 2012.

Fonte: Brasil / INEP (2012).

De uma forma geral, os dados sobre aprovação a partir dos anos de 2002 e 2012 revelam de modo regular que os municípios de Redenção (PA), Assis de Vasconcelos (AC) e Boa Vista (RR) concentram os maiores índices de aprovação, sendo na sua maioria capitais e/ou centros urbanos dotados de maior infra-estrutura e serviços.

Por outro lado, os piores índices de aprovação concentram-se nos menores municípios da região e na zona rural, o que pode ser elemento revelador da ausência

de políticas públicas educacionais eficazes ou inexistentes nesses municípios e, por pressuposição, para a zona rural da Amazônia como um todo.

3.3 Reprovação no ensino médio

Destacamos que a reprovação no ensino médio constitui um problema nacional da educação brasileira. No entanto suas dimensões não são homogêneas, revelam-se como processo que se aprofunda nas regiões mais pobres do país. Os estados da região amazônica confirmam esse processo educacional precário manifesto nos índices apresentados a seguir.

Nesse sentido, as taxas de reprovação apresentam destaque, pois expõem um progressivo aumento na comparação dos anos identificados. Esta condição nos faz entender que o processo de reprovação no ensino médio brasileiro vem se intensificando consideravelmente. Ao analisar a tabela abaixo, desta vez fazendo o recorte da região amazônica (região norte), observamos que a Amazônia Ocidental (representada pelos estados de Roraima, Amazonas e Rondônia) apresenta os maiores índices de reprovação no ano de 2002, expressos principalmente em dois municípios, distribuídos nas zonas urbana e rural.

No decorrer da tabela verificamos que entre os dez municípios com maiores índices de reprovação a parte oriental da Amazônia continua apresentando baixos índices nos mesmos estados referidos acima. Outro dado que requer atenção nos informa que dos 15 (quinze) maiores índices de reprovação no ano de 2002, 10 (dez) estão localizados nas zonas urbana e rural dos estados de Rondônia e Pará.

Novamente o estado do Pará compõe os piores índices de reprovação da Amazônia. A tabela abaixo revela os municípios da região que tiveram os maiores índices de reprovação no ano de 2002.

Ano	Região	Sigla da UF	Município	Localização	Rede	Taxa de Reprovação
2002	Norte	RO	PRESIDENTE MEDICI	Urbana	Estadual	25,2
2002	Norte	RO	PRESIDENTE MEDICI	Rural	Estadual	20,7
2002	Norte	RO	CANDEIAS DO JAMARI	Urbana	Estadual	20,6
2002	Norte	PA	ABEL FIGUEIREDO	Urbana	Estadual	19,8
2002	Norte	RO	PORTO VELHO	Urbana	Estadual	19,6
2002	Norte	RR	NORMANDIA	Rural	Estadual	19,2
2002	Norte	PA	TUCURUI	Urbana	Federal	19,0
2002	Norte	PA	SAO JOAO DA PONTA	Urbana	Estadual	18,4
2002	Norte	PA	BELEM	Urbana	Federal	18,2
2002	Norte	RO	COLORADO DO OESTE	Rural	Federal	17,8
2002	Norte	RO	BURITIS	Urbana	Estadual	16,8
2002	Norte	TO	ARAGUATINS	Rural	Federal	16,3

2002	Norte	AM	ATALAIA DO NORTE	Urbana	Estadual	16,2
2002	Norte	AM	TONANTINS	Urbana	Estadual	16,2
2002	Norte	PA	PARAGOMINAS	Urbana	Estadual	15,7

Tabela 04: Maiores índices de reprovação no ensino médio em municípios da Amazônia no ano de 2002.

Fonte: Brasil / INEP (2002).

A tabela acima, também nos chama atenção que a rede federal apresente três municípios entre os dez que mais reprovaram no ano de 2002, considerando que a rede federal tem apresentado os índices mais satisfatórios na educação básica na região norte, confirmados nos dados do INEP (2002 e 2012).

Entretanto, quando analisamos os índices de reprovação no ano de 2012, percebemos que os estados do Pará e Tocantins apresentam os maiores índices de reprovação. Novamente o Pará assume a dianteira quando se trata dos piores índices de reprovação da Amazônia, seguido por Tocantins. Há a predominância de um ensino médio urbano e localizado nas redes estaduais de ensino.

Neste caso sugere-se que as escolas localizadas nas zonas rurais dos municípios ressentem-se de escolas de nível médio e, quando possuem, estão entre as mais desqualificadas pela falta de identidade com a educação do campo no que se refere a uma pedagogia que contemple suas peculiaridades diversas, influenciando negativamente sobre os índices de aprovação, reprovação e abandono.

A observação da tabela abaixo sustenta nossa afirmativa.

Ano	Região	Sigla da UF	Município	Localização	Rede	Taxa de Reprovação - Ensino Médio
2012	Norte	PA	GURUPA	Urbana	Estadual	44,7
2012	Norte	TO	SAO MIGUEL DO TOCANTINS	Rural	Estadual	36,2
2012	Norte	TO	PEIXE	Urbana	Estadual	34
2012	Norte	TO	GURUPI	Urbana	Federal	33,3
2012	Norte	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	Urbana	Estadual	31
2012	Norte	PA	ORIXIMINA	Urbana	Estadual	31
2012	Norte	RR	CARACARAI	Urbana	Estadual	30,4
2012	Norte	RO	ITAPUA DO OESTE	Urbana	Estadual	30,2
2012	Norte	AM	ALVARAES	Urbana	Estadual	29,2
2012	Norte	PA	URUARA	Urbana	Estadual	29,1
2012	Norte	PA	FARO	Urbana	Estadual	29,1
2012	Norte	AM	UARINI	Urbana	Estadual	28,8
2012	Norte	AP	LARANJAL DO JARI	Urbana	Federal	28,8
2012	Norte	PA	RUROPOLIS	Urbana	Estadual	28,6
2012	Norte	PA	BARCARENA	Urbana	Estadual	28

Tabela 05: Maiores índices de reprovação no ensino médio em municípios da região norte no ano de 2012

Fonte: Brasil / INEP (2012)

Os dados referentes à reprovação nos anos de 2002 e 2012 nos apontam o Pará com o maior número de municípios classificados sob esta categoria. Outra constatação importante refere-se à localização desta problemática: nas zonas rurais em muitos casos, mais particularmente em municípios distantes dos principais centros urbanos dos estados identificados, foram observados altos índices de reprovação. Os municípios Faro (PA) e Pau d'Arco (TO) são exemplos da afirmação acima.

Ainda com dados sobre reprovação, por exemplo, referenda-se a análise acima ao que se refere à concentração em cidades de pequeno e médio porte. Estes índices estiveram presentes nos anos de 2002 e 2012 como uma constante, a exemplo dos municípios Presidente Médici (PA), Candeias do Jamari (RO), Abel Figueiredo (PA) (em 2002), além dos municípios de Gurupá (PA), São Francisco do Guaporé (AM) e Itapuã do Oeste (RO) (em 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma sintética, observamos que, entre os municípios da Região amazônica, o estado do Tocantins concentra os municípios com os melhores índices de aprovação, em contraposição ao estado do Pará, que concentra os municípios com os mais altos índices de reprovação.

A constatação acima não é meramente ilustrativa: os dois indicadores analisados (aprovação e reprovação) convergem no ponto relativo à localização dos piores índices nas escolas da zona rural. Ainda que se reconheça que os problemas de fluxo no ensino médio se localizam majoritariamente na zona urbana e sob cobertura das redes estaduais de ensino, devemos considerar também, que proporcionalmente e em números absolutos, há uma menor concentração de alunos na zona rural em comparação à zona urbana, o que pode contribuir para mascarar uma maior presença negativa da zona rural.

Nestas condições destacamos que a juventude amazônica se insere, evade ou é reprovada várias vezes na escola, como reflexo da necessidade imperiosa de subsistência a partir do trabalho precoce, considerando a estrutura dos municípios que concentraram os piores índices.

O conjunto de dados e análises nos oferecem bases relevantes para afirmarmos o ensino médio brasileiro, e particularmente, o Ensino Médio na Região Amazônica como projeto inacabado e com problemas estruturais que passam pelos investimentos para sua manutenção. Portanto, o projeto de ensino médio como formação e realização dos sujeitos é refutado. Os dados nos revelam problemas estruturais que sequer garantem a matrícula neste nível de ensino de um número considerável de jovens, adultos e/ou trabalhadores.

Este déficit é do mesmo modo comprometido se observarmos que se trata de

um prolongamento de um profundo problema nacional com incidência principalmente sobre a população mais pobre. Esses dados, portanto, revelam a necessidade de se ampliar a oferta de vagas pelo sistema público de ensino, primando-se por uma formação que contemple as realidades urbanas e rurais, permitindo o acesso onde o sujeito reside e tem suas características culturais.

No demais, se os dados atestam que o ensino médio em espaços rurais apresenta índices altos de aprovação e reprovação, há de se considerar a necessidade de se continuar pautando o Ensino Médio Integrado como a perspectiva necessária para que haja articulação de saberes nessa região, da memória dos aprendizes, como forma de propiciar uma formação que oportunize a permanência na escola e o sucesso na aprendizagem, além de se consubstanciarem políticas públicas que favoreçam, em sentido mais amplo, maior distribuição de renda, em um estágio primário, que permita à juventude viver o tempo do estudo, da formação escolar, sem a necessidade de interromperem ou viverem a escolarização sob a negatividade do trabalho precoce.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Desenvolvimento de Competências Profissionais: as incoerências de um discurso**. Belo Horizonte, MG: UFMG (Tese de Doutorado), 2001.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do S. **Filosofia da Práxis e Ensino Integrado: para além da questão curricular**. Belo Horizonte: (MG): Revista do NETE, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília (DF): Senado Federal, 1996.

_____. **Censo da educação básica: 2012 – resumo técnico**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Brasília: INEP, 2013.

_____. **Taxas de Aprovação Escolar na Educação Básica - 2002/** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Brasília: INEP, 2002. Acesso em 20/01/2014. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-distorcao-idade-serieescolar-naeducacao-basica>.

_____. **Taxas de Aprovação Escolar na Educação Básica - 2012/** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Brasília: INEP, 2012. Acesso em 20/01/2014. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-distorcao-idade-serieescolar-naeducacao-basica>.

_____. **Taxas de Reprovação Escolar na Educação Básica/** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Brasília: INEP, 2002. Acesso em 20/01/2014. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-distorcao-idade-serieescolar-naeducacao-basica>.

_____. **Taxas de Reprovação Escolar na Educação Básica/** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Brasília: INEP, 2012. Acesso em 20/01/2014. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-distorcao-idade-serieescolar-naeducacao-basica>.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação básica no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas**. In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo et al. *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **Ensino Médio e educação profissional: breve histórico a partir da LDBEN nº 9394/96**. In: AZEVEDO, José Clóvis de; REIS, Jonas Tarcísio (Orgs). Reestruturação do ensino médio: pressupostos teóricos e desafios da prática. 1ª Ed. São Paulo: Fundação Santillana, 2013.

MARX, K. **Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos** (Coleção: Os Pensadores). São Paulo: Ed. Abril. 1978.

OLIVEIRA, Ramon de; GOMES, Alfredo M. **A expansão do ensino médio Escola e democracia**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 8, p. 69-81, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/48/0>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-062-9

